



ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CONVÊNIO COM A P.M. DE  
PRATA DO PIAUÍ Nº 122/18  
Registrado Lv. Nº 02 Fls. 53  
Em, 05 / Junho / 2018  
*Impaquito*

CONVÊNIO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O ESTADO DO PIAUÍ,  
POR MEIO DA SECRETARIA DA  
SAÚDE E A PREFEITURA  
MUNICIPAL DE PRATA DO PIAUÍ.

O ESTADO DO PIAUÍ, inscrito no CNPJ sob o nº. 06.553.481/0001-49, com sede no Palácio Karnak, sito na Avenida Antonino Freire, Nº 1450, Centro, CEP 64.001-040, nesta Capital, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.553.564/0001-38, com sede na Avenida Pedro Freitas, S/Nº, Centro Administrativo, Bloco A, Bairro São Pedro, em Teresina-PI, neste ato representada pelo Secretário de Estado **FLORENTINO ALVES VERAS NETO**, brasileiro, casado, Administrador, portador da Carteira de Identidade Nº. 986.996/SSP/PI e do CPF Nº. 327.448.113-00, doravante denominada **CONCEDENTE**, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA DO PIAUÍ**, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.636.807/0001-00, com sede na Rua Rui Barbosa, Nº 210, CEP 64.370-000, Fone (86) 3250-1220, neste ato representada pelo seu Prefeito **WILLHELM BARBOSA LIMA**, Brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº. 1.216.968/SSP-PI e do CPF nº. 446.178.523-87, residente e domiciliado Na Localidade Canabrava, S/Nº, Prata do Piauí, doravante denominada **CONVENENTE**, com sujeição a Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE Nº. 001/2009, de 04/12/2009, ao Decreto Estadual nº 12.440, de 1º de dezembro de 2006, ao Decreto Estadual nº 13.860, de 22 de setembro de 2009, e no que couber, a Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, ao Decreto Federal nº. 6.170/2007, e a outras normas pertinentes quando se aplicarem, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO** mediante cláusulas e condições a seguir estipuladas, e de acordo com o Plano de Trabalho que faz parte integrante do presente instrumento.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto **Aquisição de uma ambulância de simples remoção**, de acordo com o Plano de Trabalho devidamente aprovado.

**CLAUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio totalizam em **R\$ 141.200,00 (Cento e quarenta e um mil e duzentos reais)**, conforme discriminação abaixo:

I – Recursos do **CONCEDENTE: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**, que correrão à conta de dotação consignada no Orçamento do Estado, tendo a seguinte classificação orçamentária:



ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CONVÊNIO COM A P.M. DE  
PRATA DO PIAUÍ Nº 122/18  
Registrado Lv. Nº 02 Fls. 53  
Em, 05 / julho / 2018  
Ferreira

**Unidade Orçamentária:** 170.101-FUNSAÚDE;  
**Programa:** 03 – Saúde de Qualidade para todos;  
**Projeto/Atividade:** 1746 – Aquisição de veículos e Unidades Móveis de Saúde;  
**Função:** 10; **Subfunção:** 302;  
**Natureza de Despesa:** 44.40.41 – Contribuições;  
**Fonte de Recurso:** 100-Tesouro Estadual.

II – Recursos da **CONVENIENTE: R\$ 21.200,00 (vinte e um mil e duzentos reais)**, referente a Contrapartida financeira.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** – Na hipótese de o objeto pactuado vir a ser satisfatoriamente concluído somente com a utilização dos recursos financeiros transferidos pelo **CONCEDENTE**, obriga-se a **CONVENIENTE** a recolher à **CONCEDENTE** os recursos financeiros correspondentes à contrapartida, bem como o saldo existente na conta corrente específica para este Convênio, observado, em qualquer caso, o disposto na **CLÁUSULA NONA**.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos serão liberados conforme discriminado no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, mediante crédito na conta bancária específica para o convênio, aberta em instituição financeira oficial, conforme indicado abaixo:

**Banco:** Banco do Brasil S. A.  
**Agência:** 0788 - 9 – Elesbão Veloso - PI  
**Conta:** 23.319 - 6 – CNPJ da Prefeitura.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – A liberação dos recursos fica condicionada à comprovação por parte do **CONVENIENTE** de:

- a) Instituição, previsão e efetiva arrecadação dos impostos municipais;
- b) Atendimento aos limites de gasto com pessoal estabelecidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- c) Que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;
- d) Cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;
- e) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;
- f) previsão orçamentária de contrapartida.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** – A contrapartida pactuada, deverá ser depositada na conta específica para o convênio conforme discriminado no Cronograma de Desembolso.



ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CONVÊNIO COM A P.M. DE  
PRATA DO PIAUÍ Nº 122/18  
Registrado Lv. Nº 02 Fls. 53  
Em, 05 / julho / 2018  
Propósito

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** – Os saques somente podem ser efetuados para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominal, ordem bancária ou transferência eletrônica ao credor, ou para aplicação no mercado financeiro.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** – Ocorrendo a liberação dos recursos em três ou mais parcelas, a liberação da terceira parcela fica condicionada à apresentação da prestação de contas referente à primeira parcela liberada e assim sucessivamente.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** – A liberação de cada parcela é condicionada à manutenção da regularidade da CONVENENTE perante o Sistema de Gestão de Convênios – SISCON do Estado do Piauí.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES**

**1. O CONCEDENTE se compromete a:**

- a). Publicar o Convênio e seus aditivos no Diário Oficial do Estado do Piauí, por meio de extrato, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura;
- b). Liberar os recursos conforme descrito no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, desde que a liberação não ocorra no período de 3 (três) meses que antecedam a pleito eleitoral, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública (**art. 73, VI, “a”, da Lei n. 9.504/1997**);
- c). Prorrogar “de ofício” a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, pelo exato período de atraso verificado;
- d). Analisar as solicitações de alteração no Termo de Convênio e Plano de Trabalho, desde que apresentadas no prazo exigido na Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE Nº. 001/2009, fundamentadas em razões concretas que as justifiquem, sendo vedada a alteração do objeto;
- e). Conservar a autoridade normativa e exercer o controle e fiscalização sobre a execução, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo a terceiros, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da ação pactuada;
- f). Fornecer à CONVENENTE normas e instruções para prestação de contas dos recursos do Convênio;
- g). Efetuar análise de conformidade das prestações de contas parciais ou final apresentadas, sendo vedado o recebimento de prestações de contas incompletas ou em desconformidade com a Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE Nº. 001/2009;
- h). Registrar no SISCON o recebimento das prestações de contas parciais e final encaminhadas pelo Convenente, após a análise de conformidade;
- i). Analisar as prestações de contas no prazo de 60 dias contados da data do seu recebimento;



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

CONVÊNIO COM A.P.M. DE  
PRATA DO PIAUÍ Nº 222/18  
Registrado Lv. Nº 02 Fls. 53  
Em, 05 / julho / 2018  
Amorim

- j). Manter atualizado no SISCON o registro da situação final da prestação de contas analisada, de acordo com cada caso;
- k). Notificar o CONVENIENTE sobre eventuais irregularidades nas prestações de contas, concedendo o prazo de 30 dias para regularização ou devolução do valor correspondente;
- l). Proceder à abertura de tomada de contas especial para apurar irregularidades não sanadas ou pela não devolução de recursos;
- m). Dar ciência deste convênio à Assembléia Legislativa e à Câmara Municipal, nos termos do art.116, §2º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**2. O CONVENIENTE se compromete a:**

- a). Apresentar, no caso de obras, como condição para a celebração do convênio, documentos comprobatórios da disponibilidade do terreno do empreendimento e, quando couber, da licença ambiental prévia, conforme as disposições Decreto Estadual nº 12.440/2006 e da PI MPOG/MF/CGU nº 127/2008;
- b). Executar o objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA em estrita conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, aplicando os recursos financeiros exclusivamente no cumprimento do seu objeto;
- c). Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros a cargo do CONCEDENTE, transferidos de acordo com o cronograma de desembolso;
- d). Manter os recursos em conta bancária específica para o convênio, somente efetuando créditos e saques para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo ao credor, ordem bancária ou transferência eletrônica ou ainda para aplicação no mercado financeiro;
- e). Aplicar os recursos, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, devendo ser escolhida a operação que apresentar melhor rendimento, observada a necessidade de utilização do recurso;
- f). Prestar contas dos recursos repassados, da contrapartida e da aplicação financeira, na forma prevista na Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE Nº. 001/2009;
- g). Restituir ao CONCEDENTE eventual saldo de recursos na conclusão ou extinção do Convênio, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, mediante depósito na Conta do Concedente;
- h). Restituir ao CONCEDENTE o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data de recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, nos seguintes casos:
  - h.1) quando não for executado o objeto pactuado;
  - h.2) quando não for apresentada a prestação de contas parcial ou final;
  - h.3) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; ou
  - h.4) quando despesas forem executadas fora da vigência do convênio;



ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CONVÊNIO com A P.M. PE  
PRATA DO PIAUÍ Nº 122/18  
Registrado Lv. Nº 02 Fls. 53  
Em, 05 / julho / 2018  
P. Marques

- i). Recolher ao CONCEDENTE o valor corrigido referente à contrapartida pactuada, se houver, quando não for comprovada sua aplicação na consecução do objeto do convênio;
- j). Restituir ao CONCEDENTE o valor correspondente às despesas comprovadas e realizadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;
- k). Recolher ao CONCEDENTE, conforme o caso, o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e a sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto ainda que não tenha feito aplicação;
- l). Recolher ao CONCEDENTE o valor dos rendimentos não auferidos pela não aplicação dos recursos em poupança ou em fundo de aplicação financeira, enquanto não utilizados no objeto do convênio;
- m). Alimentar o Sistema de Gerenciamento de Convênios – SISCON, no endereço [www.siscon.pi.gov.br](http://www.siscon.pi.gov.br), com os dados relativos a execução do convênio, como licitações, empenhos, liquidações, pagamentos efetuados, execução das metas físicas e demais informações necessárias à prestação de contas;
- n). Gerar e enviar por meio do SISCON os relatórios de prestações de contas, sem prejuízo do envio formal dos documentos em meio papel para conferência;
- o). Conceder livre acesso aos servidores do órgão Concedente, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização;
- p). Conceder livre acesso aos servidores do órgão de controle interno e externo do Estado, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização e auditoria;
- q). Manter arquivados os documentos originais do convênio, em boa ordem e em bom estado de conservação, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos Órgãos de Controle Interno e Externo do Estado pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data da aprovação da prestação de contas final pelo Concedente;
- r). Manter atualizada a escrituração contábil específica aos atos e fatos relativos à execução deste Convênio;
- s). Assumir a responsabilidade por todos os encargos salariais, fiscais e trabalhistas decorrentes das contratações realizadas para execução do objeto, sendo vedada a atribuição ao CONCEDENTE de obrigações dessa natureza;
- t). Instalar no local de execução da obra ou serviço, placa indicativa, obedecendo ao padrão estabelecido pelo Governo do Estado, quando for o caso;
- u). Nos casos de obras e serviços de engenharia, manter fiscalização constante *in-loco*, exercida por profissional competente e formalmente designado por ato da Administração;
- v). Sujeitar-se às disposições da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, em relação à licitação e contratação, admitida a modalidade de licitação prevista na Lei nº.



ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Convênio com a P.M. DE  
PRATA DO PIAUÍ Nº 122/18  
Registrado Lv. Nº 02 Fls. 53  
Em, 05 / julho / 2018  
Emergência

- 10.520/02, e ainda, à Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE Nº. 001/2009 no caso de Cotação de Preços;
- w). Incluir os recursos recebidos, provenientes deste Convênio, no orçamento do Município;
- x). Observância da vedação constitucional da utilização do recurso para pagamento de despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista.

**CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO**

O Convênio poderá ser alterado, com a devida justificativa, mediante termo aditivo, devendo a proposta ser inserida no SISCON e apresentada ao Concedente por meio de ofício, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término da vigência, prazo necessário para análise pela área técnica e decisão, vedada a alteração do objeto do convênio.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS PROIBIÇÕES**

É vedada a utilização dos recursos repassados por força deste Convênio, em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este instrumento, bem como no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência acordado, ainda que em caráter de emergência.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** - Os recursos deste Convênio também não poderão ser utilizados:

- a) para o pagamento de despesas contraídas fora do período de sua vigência e após seu término;
- b) na realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;
- c) na realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
- d) no pagamento de gratificação, diárias, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que esteja lotado ou em exercício em quaisquer dos entes partícipes deste Convênio;
- e) na realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social e desde que relacionadas ao objeto deste Convênio e, como tais, previstas no Plano de Trabalho, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, de servidores públicos e/ou de outras pessoas físicas;
- f) em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;
- g) despesas com efeito retroativo.



ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CONVENIO COM A P.M. DE  
PRATA DO PIAUÍ Nº 122/18  
Registrado Lv. Nº 02 Fls. 53  
Em, 05 / Julho / 2018  
Froquarte

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE DOS BENS**

Quando for prevista a aquisição, produção ou transformação de equipamentos ou materiais permanentes, com recursos deste Convênio, estes poderão, a critério do **CONCEDENTE**, ser doados à **CONVENIENTE**, após a conclusão do objeto, mediante processo formal, quando forem necessários para assegurar a continuidade do programa governamental.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

Além da prerrogativa do **CONCEDENTE** de manter o controle e fiscalização da execução do objeto pactuado, a Controladoria Geral do Estado – CGE também poderá exercer a fiscalização sobre a execução e aplicação dos recursos.

**CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Além das prestações de contas parciais, quando houver, o Conveniente fica sujeito a apresentar ao Concedente a prestação de contas final do total dos recursos recebidos, bem como da respectiva contrapartida e aplicação financeira, se for o caso, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados do término da vigência, que será constituída de:

- a. Demonstrativo de Execução da Receita e Despesa (Anexo VI);
- b. Relatório de Cumprimento do Objeto (Anexo VII);
- c. Relatório de Execução Física (Anexo VIII);
- d. Relatório de Execução Financeira (Anexo IX);
- e. Relação dos Pagamentos Efetuados (Anexo X);
- f. Conciliação Bancária (Anexo XI);
- g. Relação de Bens Adquiridos, referente aos equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos do Convênio, quando for o caso (Anexo XII);
- h. Termo de Devolução de Bens Adquiridos, quando for o caso (Anexo XIII);
- i. Declaração de Incorporação de Bens Adquiridos, acompanhada da respectiva cópia da nota fiscal, termo de doação e ficha de tombamento, quando for o caso (Anexo XIV);
- j. Cópias das notas fiscais, cupons fiscais e/ou recibos, com a indicação do número do Convênio, comprovação de quitação e atesto de recebimento dos serviços ou produtos;
- k. Cópias dos cheques, notas de ordem bancária e/ou transferências eletrônica;
- l. Cópias dos empenhos, liquidações e ordens de pagamento, quando for o caso;
- m. Extrato da conta bancária específica referente a todo o período de execução do Convênio, da liberação da 1ª parcela até a devolução do saldo, se houver;
- n. Cópia do termo de aceitação definitiva da obra, conforme previsto no artigo 73 da Lei nº 8666/93, quando for o caso, ou termo de aceitação provisório da obra se o termo definitivo ainda não tiver sido emitido;
- o. Comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta do **CONCEDENTE**;



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

CONVÊNIO COM A P.M. DE  
PRATA DO PIAUÍ Nº 122/18  
Registrado Lv. Nº 02 Fls. 53  
Em, 05 / julho / 2018  
Froqueto

- p. Cópias dos documentos relativos à licitação, inclusive, despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal;
- q. Cópias das Cotações de Preços realizadas no caso de dispensa ou substituição da licitação para Entidades sem Fins Lucrativos.

**SubCláusula Única** - Caso os documentos comprobatórios das despesas já tenham sido encaminhados em eventuais prestações de contas parciais, a prestação de contas final será composta dos relatórios consolidados de todo o período e demais documentos, conforme estabelece o § 2º do artigo 35 da Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE Nº. 001/2009.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Convênio terá vigência até **31.07.2019**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser alterado mediante termo aditivo ou rescindido caso ocorra inadimplemento de quaisquer das cláusulas e condições pactuadas, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA OU RESCISÃO**

O convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo e por qualquer das partes, ou rescindido amigavelmente, imputando-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do convênio, havidas no prazo em que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

**SubCláusula Única** - Constitui motivo para rescisão unilateral do convênio, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas, principalmente quando constatadas as situações previstas no art. 48 da Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE Nº. 001/2009, o que ensejará a abertura de Tomadas de Contas Especial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE**

A publicação resumida deste Convênio no Diário Oficial do Estado será providenciada pela CONCEDENTE no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Teresina/PI, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para solução de quaisquer litígios, omissões ou dúvidas que surgirem durante a execução do presente Termo de Convênio.





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

E por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

Teresina (PI), 05 de Julho de 2018.

*[Handwritten Signature]*  
**FLORENTINO ALVES VERAS NETO**  
*Secretário de Estado da Saúde*

*[Handwritten Signature]*  
**WILHELM BARBOSA LIMA**  
*Prefeito Municipal de Prata do PI*

TESTEMUNHAS:

*[Handwritten Signature]*  
Nome:  
CPF: 807.721.963-20

*[Handwritten Signature]*  
Nome: 227.824.513-191  
CPF:

CONVÊNIO com A.P.M. DE  
PRATA DO PIAUÍ Nº 122/18  
Registrado Lv. Nº 02 Fls. 53  
Em, 05 / Julho / 2018  
*[Handwritten Signature]*



**GOVERNO DO ESTADO  
DO PIAUÍ  
SECRETARIA DA SAÚDE DO  
ESTADO - SESAPI**

Convênio com A.P.M. DE  
PRATA DO PIAUÍ Nº 122/18

Registrado Lv. Nº 02 Fls. 53

Em, 05 / julho / 2018

**Cadastro do Proponente e  
Representante Legal**

**Anexo  
I**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE**

1 - Nome do Proponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA DO PIAUI		2 - CNPJ / CPF: 06.636.807/0001-00	
3 - Esfera Administrativa: Municipal		4 - Status Jurídico: Prefeituras Municipais	
5 - Endereço: RUA RUI BARBOSA, 210 - CENTRO			
6 - Município: PRATA DO PIAUI	7 - CEP: 64370-000	8 - DDD: 86	9 - Telefone: 3250-1220
			10 - Fax: 3250-1172
11 - e-mail:		12 - Site:	

**II - IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DO PROPONENTE**

13 - Nome do Proponente: WILLHELM BARBOSA LIMA		14 - CPF: 44617852387	
15 - Endereço: LC CANA BRAVA S/N			
16 - Município: PRATA DO PIAUI		17 - UF: PI	
18 - C.I/Orgão Expedidor/Data: 1216968 / SSP/PI / -/-/-/ 00/00/0000	19 - Cargo: PREFEITO	20 - Função: PREFEITO	21 - Matrícula:

**III - IDENTIFICAÇÃO DO OUTRO PARTÍCIPE**

Executor  Interveniente

22 - Nome de Partícipe:		23 - CNPJ:		24 - Esfera Administrativa:	
25 - Endereço:					
26 - Município:	27 - CEP:	28 - DDD:	29 - Telefone:	30 - Fax:	

**IV - IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO OUTRO PARTÍCIPE**

31 - Nome do Dirigente da Entidade Proponente:			32 - CPF do Dirigente:		
33 - C.I/Orgão Expedidor/Data: // // // // //	34 - Cargo:	35 - Função:	36 - Matrícula:		
Local e data		Assinatura do Outro Partícipe		Assinatura do Proponente	



**GOVERNO DO ESTADO DO  
PIAUI**  
**SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO  
- SESAPI**

**Dados do Projeto**

**Anexo  
II**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA DO PIAUI**

**I - INFORMAÇÕES BANCÁRIAS**

1 - Conta Corrente: 23.319-6	2 - Banco: 001	3 - Agência: 0788-9	4 - Praça de Pagamento: ELESBÃO VELOSO - PI
---------------------------------	-------------------	------------------------	--

**II - DADOS DO PROJETO**

5 - Título do Projeto: AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO	6 - Período: 00/00/0000 a 31/07/2019
--	---

7 - Descrição Sintética do Objeto:

AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA (0 KM) DE SIMPLES REMOÇÃO.

CONVÊNIO com a P.M. DE  
PRATA DO PIAUI Nº 222/18  
Registrado Lv. Nº 09 Fls. 53  
Em, 05 Julho / 2018  
*[Assinatura]*

8 - Justificativa da Proposição:

A AQUISIÇÃO DE UMA AMBULANCIA DE SIMPLES REMOSÃO JUSTIFICA-SE QUE CONSIDERANDO QUE A DEMANDA CRESCENTE POR SERVIÇOS AFETOS A SAÚDE, QUE O MUNICIPIO NÃO SUPORTA O ATENDIMENTO DOS CASOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, UMA VEZ QUE DIARIAMENTE OS PACIENTES NECESSITAM DE ATENDIMENTO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE, TENDO QUE RECORRER À CIDADE DE TERESINA, E UMA VEZ QUE O MUNICÍPIO SÓ DISPONIBILIZA DE UMA ÚNICA AMBULÂNCIA QUE SE ENCONTRA EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS, HÁ A NECESSIDADE DE UMA AMBULÂNCIA EM CARÁTER DE URGÊNCIA.

**III - DADOS ORÇAMENTARIOS DO CONCEDENTE (Preenchimento pelo Concedente)**

9 - Programa: -			
10 - Projeto/Atividade: -			
11 - Natureza		0	0
12 - Fonte		0	13 - Valor
		0	R\$ 0,00
			R\$ 0,00

*[Assinatura]*



**GOVERNO DO ESTADO DO  
PIAUI**  
**SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO -  
SESAPI**

**Cronograma de Execução  
Física e Plano de Aplicação  
de Recursos**

**Anexo  
III**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA DO PIAUI**

**I - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS**

Meta	Etapa/Fase	Especificação	Unidade de Medida	Qtde	Início	Término
01		AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO	UN	1,00	03/07/2018	31/07/2019
	01.01	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO	UN	1,00	03/07/2018	31/07/2019

**II - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS, POR NATUREZA DE DESPESA**

Natureza	Discriminação	Valor		
		Concedente	Proponente - Contrapartida	
			Financeira	Não Financeira
4490.52	Equipamentos e Material Permanente - AQUISIÇÃO DE AMBULANCIA	120.000,00	21.200,00	0,00
	Subtotais	120.000,00	21.200,00	0,00
		<b>Valor Total do Convênio:</b>		141.200,00

Convênio com A.P.M. DE  
PRATA DO PIAUI Nº 122/18  
Registrado Lv. Nº 02 Fls. 53  
Em, 05 / julho / 2018  
*[Assinatura]*



**GOVERNO DO ESTADO DO  
PIAUI**  
**SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO -  
SESAPI**

**Cronograma de  
Desembolso**

**Anexo  
IV**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA DO PIAUI**

**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

**Concedente - 2018**

Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
01-AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
01-AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Contrapartida - 2018**

Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
01-AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
01-AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO	21.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Convênio com A.P.M. DE  
PRATA DO PIAUI Nº 122/18  
Registrado Lv. Nº 02 Fls. 53  
Em, 05 / julho / 2018  
*[Assinatura]*



**GOVERNO DO ESTADO DO  
PIAÚÍ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO -  
SESAPI**

**Relação de Equipamentos  
e Material Permanente**

**Anexo  
V**


**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA DO PIAUI**

**I - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**

Especificação	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Valor Total	Local de Destino	Manutenção
PICK UP CABINE SIMPLES ADAPTADA PARA AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO COM:DIREÇÃO HIDRÁULICA COM AJUSTES DE ALTURA E PROFUNDIDADE,MONITOR DIESEL 2.0 L,TURBO INTERCOOLER POTÊNCIA DE 140 CV/FREIOS DIANTEIROS A DISCO VENTILADO E TRASEIROS A TAMBOR COM SISTEMA ABS NAS 04 RODAS,TRAÇÃO 4X4 COM REDUZIDA,AIR BAG PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO NA CABINE,AR CONDICIONADO NA CABINE E NO ESPAÇO RESERVADO AO TRANSPORTE DE PACIENTE E ACOMPANHANTE,PROTETOR DE CARTER,TRANSMISSOR MANUAL DE 06 VELOCIDADES A FRENTE E 01 A RÉ,CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 80 LITROS:KIT DO REVESTIMENTO INTERNO(LATERAIS E TETO)EM PRFV, KIT CAPOTA MOLDADO EM PRFV DE 3,40M,PISO EM COMPENSADO NAVAL JANELA DE COMUNICAÇÃO CORREDIÇA ENTRE CABINE E SALÃO DE ATENDIMENTO,MACA RETRÁTIL EM ALUMÍNIO COM SUPORTE NAS RODAS COM TRAVA E CINTOS DE SEGURANÇA,SUPORTE PARA SORO E PLASMA,LUMINÁRIAS COM LÂMPADAS EM LEDS, SINALIZADOR ÓTICO E ACÚSTICO DE 03 TONS,ADESIVOS DE IDENTIFICAÇÃO E GRAFISMO , CRUZ DE VIDA,FAROL DE EMBARQUE PORTA TRASEIRA,BANCO DE ATENDIMENTO FÍXO PARA MÉDICO,RÁDIO DE COMUNICAÇÃO FIXO OU MÓVEL,LUZES ADVERTÊNCIA LATERAIS,CILINDRO DE OXIGÊNIO DE 05 LITROS COM SUPORTE,ISOLAMENTO TÉRMICO ACÚSTICO,GARANTIA DE 01 ANO,COMPONENTES ELÉTRICOS SEGUEM A NORMA ABNT(NBR	UN	1	141.200,00	141.200,00	PREFEITURA DE PRATA DO PIAUÍ	Própria

*CONVÊNIO COM A.P.M. DE PRATA DO PIAUÍ Nº 122/18 Registrado Lv. Nº 02 Fls. 59 Em, 05 / julho / 2018*

*Proq. Itap*



14561:2000),VEDAÇÃO DOS  
CANTOS COM  
INFILTRAÇÕES,DEMAIS  
EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS  
EXIGIDOS PELO COTRAN PARA  
ESTE TIPO DE VEÍCULO,VIDROS  
COM PELÍCULA,TOMADAS  
12,110 OU 120 VOLTS.

## II - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do Proponente, **DECLARO**, para fins de prova junto ao GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ e, sob as penas do estabelecido no Código Penal Brasileiro, art. 299, que inexistente qualquer débito em mora com o Tesouro Estadual ou situação de inadimplência junto a qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos na forma deste Plano de Trabalho, o qual atesto a sua veracidade.

Local e Data:	Nome do Proponente:	Assinatura do Proponente: X
---------------	---------------------	--------------------------------

## III - APROVAÇÃO

Aprovo o presente Plano de Trabalho, na forma proposta, estando de acordo com o objeto e os custos envolvidos.

Local e Data:	Assinatura do Dirigente do Órgão:
---------------	-----------------------------------

CONVÊNIO com A.P.M. DE  
PRATA DO PIAUÍ Nº 122/18  
Registrado Lv. Nº 02 Fls. 53  
Em, 05 / julho / 2018  
Proponente

NATUREZA DA DESPESA: 44.90.51.33 E FONTE DE RECURSOS  
TESOURO ESTADUAL 100/116/117.

**SIGNATÁRIOS:**

LEONARDO SOBRAL SANTOS, CPF Nº 042.449.783-21 CPCPR

FELIPE DE SANTANA MACHADO CPF Nº 015.230.803-29

Of. 540

**EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº 64/2018**

PROCESSO ADMIN. Nº 15105-041/2018 CPL- CPCPR-PI

PROCESSO LICITATÓRIO C Nº 12/2018

**OBJETO:** LOTE 01- CONSTRUÇÃO DE 5.299,00 M² DE PAVIMENTAÇÃO

EM PARALELEPÍEDO NO MUNICÍPIO DE INHUMA-PI

**MODALIDADE:** CONCORRÊNCIA

**BASE LEGAL:** ART. 23, I "C" DA LEI 8.666/93.

**VIGÊNCIA:** ATÉ 31/12/2018

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** 90 DIAS

**DATA DA ASSINATURA:** 05/07/2018

**CONTRATANTE:** O ESTADO DO PIAUÍ, ATRAVÉS DA

COORDENADORIA DO PROGRAMA DE COMBATE A POBREZA

RURAL - CPCPR, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 27.431.461/0001-75.

**CONTRATADA:** SOLUÇÃO CONSTRUTORA, CNPJ Nº 24.667.970/0001-

03

**VALOR:** R\$ 530.279,17 (QUINHENTOS E TRINTA MIL DUZENTOS E

SETENTA E NOVE REAIS E DEZESSETE CENTAVOS)

**FONTE DE RECURSOS:** CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 15105;

FUNÇÃO 20, SUB-FUNÇÃO 481, PROGRAMA 0022 PROJETO: 1758;

NATUREZA DA DESPESA: 44.90.51.33 E FONTE DE RECURSOS

TESOURO ESTADUAL 100/116/117.

**SIGNATÁRIOS:**

LEONARDO SOBRAL SANTOS, CPF Nº 042.449.783-21 CPCPR

FELIPE DE SANTANA MACHADO CPF Nº 015.230.803-29

Of. 541



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí/ ATI.

**EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº 017/2018.**

**CONTRATANTE:** Odonto System Planos Odontológicos Ltda.

**CNPJ:** 23.595.762/0001-83.

**CONTRATADA:** Agência de Tecnologia da Informação do Estado do

Piauí/ ATI.

**CNPJ:** 08.839.135/0001-57.

**OBJETO:** Permissão de acesso, pela CONTRATADA a CONTRATANTE,

ao sistema de consignações do Estado do Piauí, para implantação de

códigos consignados na folha de pagamento dos servidores público do

Estado do Piauí.

**DO PRAZO E DO PAGAMENTO:** Valor será apurado conforme

quantidade de linhas processadas pela contratada sendo o valor de

6,4% (seis vírgula quatro por centos) sobre o valor dos descontos

mensais, conforme Instrução Normativa nº 006/2017.

**DATA DA ASSINATURA:** 21.06.2018.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O presente contrato tem vigência de 01 (um)

ano, a contar da data da assinatura.

**EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº: 012/2018**

**CONTRATANTE:** Câmara Municipal de Santa Filomena PI.

**CONTRATADA:** Agência de Tecnologia da Informação do Estado do

Piauí/ ATI.

**OBJETO:** Prestação pela contratada à contratante de serviços de suporte

e manutenção de domínio para o endereço do site

[www.cmsantafilomena.pi.gov.br](http://www.cmsantafilomena.pi.gov.br) na Internet.

**VALOR:** O valor de R\$ 99,99 (noventa e nove reais e noventa e nove

centavos) mensais pelo suporte e manutenção do domínio.

**FONTE DE RECURSOS:**

**Ente:** Poder Legislativo

**Unidade Gestora:** Câmara Municipal de Santa Filomena - PI

**Natureza da Despesa:** 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa

Jurídica.

**DATA DA ASSINATURA:** 07.06.2018.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O presente contrato tem vigência de 12 (doze)

meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por

iguais períodos até o limite previsto em lei.

Of. 419



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
Instituto de Desenvolvimento do Piauí IDEPI

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO****CONCORRÊNCIA Nº 030/2018**

O Diretor Geral do Instituto de Desenvolvimento do Piauí IDEPI torna público, para conhecimento dos interessados e para que surta os feitos legais pertinentes, que homologou e adjudicou o certame licitatório referenciado, contratação de empresa especializada para implantação de pavimentação em paralelepípedo em vias nas zonas urbanas e rural do município de Picos-PI, com uma área de 7.089,00m², em que foi considerada vencedora a proposta de preço apresentada pela CLS DE A RAMOS & CIA LTDA, R\$ 801.673,17 (oitocentos e um mil, seiscentos e setenta e três reais e dezessete centavos), tudo conforme Relatório Final da CL e Termo de Homologação constante do Processo Administrativo nº 521/17.

Teresina (PI), 29 de junho de 2018.

GERALDO MAGELABARROS AGUIAR

Diretor Geral

Of. 902

**Extrato de contrato**

Processo: nº 521/17;

Concorrência: 030/2018;

Contrato: nº 064/2018;

Contratante: instituto de desenvolvimento do Piauí IDEPI;

Contratada: CLS DE A RAMOS & CIA LTDA;

Fundamento legal: lei nº 8.666/93;

Objeto: contratação de empresa especializada para implantação de

pavimentação em paralelepípedo em vias nas zonas urbanas e rural do

município de Picos-PI, com uma área de 7.089,00m²;

Valor: R\$ 801.673,17 (oitocentos e um mil e seiscentos e setenta e três

reais e dezessete centavos);

Prazo de vigência: 285 (duzentos e oitenta e cinco) dias;

Prazo de Execução: 180 (cento e oitenta) dias;

Data da Assinatura: 29/06/2018.

GERALDO MAGELABARROS AGUIAR

Diretor Geral do IDEPI

Of. 903



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 122/18**

**PROCESSO:** AA.900.1.008235/17-30. **ESPÉCIE:** O Estado do Piauí,

através da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, CNPJ Nº 06.553564/

0001-38. **CONVENIENTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA DO

PIAUÍ, CNPJ Nº 06.636.807/0001-00. **OBJETO:** Aquisição de uma

ambulância de simples remoção para o município de Prata do Piauí, de

acordo com o Plano de Trabalho devidamente aprovado. **VALOR:**

**CONCEDENTE:** R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), **CONVENIENTE:**

R\$ 21.200,00 (Vinte e um mil e duzentos reais), referente a contrapartida

financeira. **DADOS ORÇAMENTARIA:** Unidade Orçamentária: 170.101

**FUNSAÚDE;** Programa: 03 Saúde de qualidade para todos, **Projeto/**

**Atividade:** 1746 Aquisição de veículos e Unidades Móveis de Saúde;

**Função:** 10 **Subfunção:** 302; **Natureza de Despesa:** 44.40.41 -

Contribuições; **Fonte de Recursos:** 100 - Tesouro Estadual **VIGÊNCIA**

31.07.2019 **DATA DE ASSINATURA:** 05.07.2018 **SIGNATÁRIO:**

FLORENTINO ALVES VERAS NETO - Secretário de Estado da Saúde,

CPF: 327.448.113-00 WILLHELM BARBOSA LIMA Prefeito Municipal,

CPF: 446.178.523-87.

Of. 2090